

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

#### 1. DO OBJETO

**1.1** Aquisição de equipamento, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

|     |                             |   |
|-----|-----------------------------|---|
| 1.2 | <b>Requisitante:</b>        | Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural                 |
| 1.3 | <b>Fundamentação legal:</b> | Pregão Eletrônico nos termos da Lei nº 14.133/21, demais normas aplicáveis. |
| 1.4 | <b>Período:</b>             | Entrega em 120 (cento e vinte) dias   |
| 1.5 | <b>Tipo:</b>                | Menor Preço por item - nos termos da Lei 14.133/2021.                       |

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**2.1** Aquisição de Retroescavadeira, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|--------|-------------------|------------|
| 1    | <b>RETROESCAVADEIRA</b> Zero Km, zero hora, (ano de fabricação e modelo, no mínimo, correspondentes à data de emissão da nota fiscal); com motor a diesel do mesmo fabricante, mínimo 4 cilindros, 4 tempos, injeção direta e turbo alimentado, potência bruta mínima 85 CV (62,51 KW), refrigeração forçada à água; certificação mínima conforme Resolução Proconve no 433 - MAR-I (Máquinas Agrícolas e Rodoviárias-I); tração 4X4, transmissão Power shuttle, Power shift ou equivalente; mínimo 4 velocidades sincronizadas à frente e 2 à ré, inversor de sentido, sistema de bloqueio do diferencial ativável durante a operação, acionamento simultâneo da carregadeira e da retroescavadeira, sistema de freio multidisco banhado a óleo, acionamento do freio de forma hidráulica peso operacional mínimo de 6.000 kg e máximo de 8.200 kg, cabine com ar condicionado e estrutura de proteção contra | 73768  | UN                | 01         |



|  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|
|  | capotagem (ROPS), e contra queda de objetos (FOPS), e grande visibilidade em todas as direções, equipada com espelhos retrovisores internos e externos, para-brisa com limpador e sistema de esguicho para limpeza, caçamba dianteira com faca capacidade coroadada: 0,80m3, sistema elétrico mínimo 12v, faróis de serviço dianteiros e traseiros, luzes indicadoras de direção e freio, alarme de marcha à ré e demais itens de segurança obrigatórios. Equipado com sinalizador led (giroflex) não removível na cor âmbar, tipo redondo com no min. 64 leds de acordo com CTB Art. 29, Inc. VIII e Res. CONTRAN N. 268/08 Art. 3 e 4. Garantia mínima de (12) doze meses para veículo e implemento, incluindo todas as revisões que se fizerem necessárias durante o período da garantia por conta do fornecedor e de acordo com especificações contidas no Termo de Referência. |  |  |  |
|--|---|--|--|--|

**2.2O** objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 1746/2022.

**2.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 3/2024.

**2.4O prazo da vigência da contratação será de no mínimo 12 (doze) meses, prazo da garantia do objeto, contados da entrega definitiva do objeto, neste caso, até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.**

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1A** Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, realiza licitações de máquinas, caminhões e equipamentos para atender as demandas da municipalidade.

**3.2**Tais aquisições possuem o fito de atender as necessidades dos Produtores Rurais no que diz respeito a manutenção das estradas vicinais, para melhorar a trafegabilidade no escoamento da produção agrícola do Município de Nova Friburgo.

**3.3A** aquisição se dará através de emenda parlamentar no MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que destinou uma quantia exclusivamente para aquisição do equipamento.

**3.4O quantitativo correspondente foi baseado no Plano de trabalho anexado ao Convênio/MAPA nº 912375/2021 – Plataforma + Brasil nº 29711/2021, que destinou**

**o recurso para aquisição de equipamento – retroescavadeira.**

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1A** aquisição de Retroescavadeira é a única solução para o recurso enviado através de Emenda parlamentar, (R\$ 460.000,00), destinado, exclusivamente, para tal aquisição. Conforme plano de trabalho anexado ao Convênio/MAPA nº 912375/2021 – Plataforma + Brasil nº 29711/2021 anexado aos autos.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

**5.2 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005).**

**5.3** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**5.4** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinente ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, na qual estejam expressas seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.5 O objeto da contratação deverá ser zero km, zero hora, (ano de fabricação e modelo, no mínimo correspondente à data de emissão da nota fiscal), motor a diesel do mesmo fabricante.**

**5.6** A administração pública, através de seu Mandatário e demais servidores, possuem prerrogativa de discricionariedade na definição e determinação dos bens e serviços que pretendem contratar, com o intuito de atender o interesse público. A seleção da proposta mais vantajosa, inc. I, do art. 11, da Lei 14.133/21, reforça a discricionariedade do agente público quando caracteriza que **“assegurar a seleção da proposta apta a gerar o**

resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto”.

5.6.1 A exigência de uma máquina com as características descritas neste Termo de Referência, não se apresenta arbitrária, nem tampouco restritiva, pois existem grande quantidade de marcas nacionais e importadas que atendem as exigências deste documento.

5.6.2 A vantajosidade do motor da mesma marca do fabricante da máquina, é a garantia do motor em caso de pane, falhas e outras intercorrências que podem acontecer com o motor. Quem será o responsável pela garantia do motor? O fabricante do motor ou da máquina? A importância de um motor da mesma marca do fabricante da máquina, objetiva buscar a aquisição de um conjunto com funcionamento harmônico entre motor e demais componentes da máquina, evitando montagens inapropriadas e dificuldades de peças e componentes.

**5.7 Para efeitos de assistência pós venda, só poderão fornecer os itens do presente edital, concessionárias ou distribuidores que tenham BASE e/ou SEDE estabelecida em um raio de no máximo 160 (cento e sessenta) km da Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, haja vista, a dificuldade de traslado do objeto para realização de reparos ou revisões e o quanto pode onerar o município o traslado da retroescavadeira para outros estados para revisões periódicas.**

5.7.1 Quanto da obrigatoriedade do item 5.5, cabe ressaltar que, em caso de manutenção preventiva ou reparatória, a administração pública terá que enviar a retroescavadeira para a base ou sede da empresa vencedora do certame, neste sentido, ainda que a empresa vencedora tenha sede em outro estado ou até mesmo em outro país, o traslado da máquina não poderá passar da quilometragem exigida preservando o princípio da Economicidade e da Eficiência, uma vez que, existem casos que a base da empresa chega a ultrapassar 1000km e uma revisão simples pode levar mais de mês para ser feita, devido a distância e a complexidade de traslado.

5.7.2 A empresa vencedora poderá ter sede em qualquer estado da federação, todavia, para fins de economicidade, eficiência e agilidade, a empresa deverá comprovar que tem uma base operacional para qualquer tipo de manutenção preventiva e corretiva no raio de km exigido no item 5.5.

5.7.3 A garantia será de 12 (doze) meses no mínimo, após o recebimento definitivo do objeto.

5.7.4 Durante o período de cobertura do objeto, pela garantia, todas revisões e manutenções preventivas e corretivas serão por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

5.8 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 6 EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo:

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>Secretaria requisitante:</b> | Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural |
| <b>Endereço:</b>                | Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ       |
| <b>Horário de entrega:</b>      | Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.                      |

6.2 A entrega se dará em até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura contratual.

6.2.1 Em caso de a CONTRATADA não poder entregar o objeto dentro do prazo estabelecido no item 6.2, a CONTRATANTE deverá ser informada do motivo com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

6.2.2 A CONTRATANTE pode, caso julgue relevante o pedido da prorrogação, conceder dilação de prazo pelo período de até 30 (trinta) dias, contados do fim da data limite do item 6.2.

6.2.3 Em caso de o pedido da prorrogação for considerado irrelevante, o CONTRATANTE poderá aplicar as sanções cabíveis, existentes neste Termo de Referência.

### 6.2.4 O contrato estará vigente até o fim da garantia do bem adquirido.

6.3 O bem será recebido provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.4 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5 O bem será recebido definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.7 Declarar, detalhadamente, a garantia do equipamento fornecido, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

6.8 A responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos é de responsabilidade da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado.

## **7 GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme quadro abaixo:

| <b>NOME</b>                         | <b>MATRÍCULA</b> | <b>GESTOR / FISCAL</b> |
|-------------------------------------|------------------|------------------------|
| Jubher Candido de Lima              | 63090            | Gestor titular         |
| Vladimir Couto Soares               | 100235           | Gestor substituto      |
| Moaci Bernardes de Moura            | 63012            | Fiscal Titular         |
| Priscila de Oliveira Soares Poletti | 468021           | Fiscal substituto      |

7.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



7.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato

7.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 8 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação, previsto no presente Termo de Referência, correrão por conta da natureza de despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

|       |                              |                      |
|-------|------------------------------|----------------------|
| 8.1.1 | <b>Elemento de Despesa:</b>  | 44.90.52.07          |
| 8.1.2 | <b>Fonte de Recurso:</b>     | 1702000000000        |
| 8.1.2 | <b>Programa de Trabalho:</b> | 13001.2060600131.037 |

8.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 9 DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento

das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto n.º 2.493, de 07 de novembro de 2023.

## **10 DO PAGAMENTO**

10.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto n.º 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para representá-la na execução do Contrato;
- 11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;
- 11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;
- 11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização das Secretaria que receberão os itens.

## **12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
  - 12.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;
  - 12.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
  - 12.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
  - 12.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;
  - 12.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
  - 12.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
  - 12.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

## **13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 13.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21.

Comete infração administrativa a contratada que:

- dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência;

13.2.2 Multa:

13.2.2.1 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação das outras sanções previstas;

13.2.2.2 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

13.2.2.3 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.2.2.4 Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

13.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

13.3 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado; **eis que apenas a sanção de multa pode ser cumulada com as demais;**

13.4 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

13.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

## 14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

14.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 27 de março de 2024.

| GESTOR:                                 | APOIO TÉCNICO:                         |
|---|--|
| <b>Jubher C de Lima</b><br>Matr.: 63090 | <b>Adriano Miranda</b><br>Matr.: 62677 |

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo  
**O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

**Adelso Rapozo**  
Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
Matr.: 63078